

INFLUÊNCIA DA ÉPOCA DE EXCEÇÃO NA CONFIGURAÇÃO FAMILIAR E NO QUE ISSO AFETOU AS CRIANÇAS

Géssica Grazieli Brunca Batista (G UEMS)
Rodrigo Bianchini Cracco (UEMS)

RESUMO

O presente trabalho visa demonstrar como o período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) abalou as bases familiares dos que lutaram contra o regime de exceção, o fato de muitas famílias terem sido dissipadas e como isso se refletia nas crianças. Elas cresciam em meio a um clima de mistério ou então eram privadas da vida social quando, literalmente, presas junto dos pais; uma forma comum de torturar consistia em usar os filhos para forçar os pais a falar, torturando fisicamente as crianças e psicologicamente os adultos. A pesquisa foi realizada a partir de relatos de crianças cujos pais resistiram à ditadura. Notamos, enfim, que a vida familiar foi afetada negativamente e o cotidiano de tais crianças foi modificado totalmente, inclusive a vida escolar. Esse estudo se faz importante para que todos tomem conhecimento das conseqüências do regime ditatorial, para que os efeitos sejam lembrados e assim nunca mais repetidos.

Palavras-chave: Ditadura. Família. Criança. Tortura.

Ao contrário do esquecimento, a memória individual e a coletiva, como forma de requalificação das referências que compõem a identidade brasileira, são os eixos primordiais e a forma de aplicar na prática os fundamentos dos direitos humanos, libertando de nossos corações as lembranças nefastas do passado, tais como a tortura. (BARBOSA, 2008, p. 28).

Introdução

O tema pesquisado está inserido no contexto da Ditadura Militar ocorrida no Brasil nos anos de 1964 a 1985, que se instalou devido a um golpe militar. Nesse mesmo período, concomitantemente a do Brasil, se instalaram demais Ditaduras em toda a América Latina. O estudo expõe as alterações promovidas na economia e no ensino, revela como funcionou a Doutrina de Segurança Nacional utilizada pelos militares e demonstra como foram gravemente violados os direitos humanos por meio da tortura, prática amplamente utilizada pelos militares. O objetivo do trabalho é trazer à tona a memória e a verdade de que todos têm direito, sendo norteados pela configuração familiar dos que militavam contra o regime de exceção e as conseqüências para as crianças que compunham o núcleo familiar afetado pelo regime. Foi possível abordar a problemática com base em relatos de meninos e meninas, bem como de suas famílias.

1. Contexto histórico

Muito embora o período conhecido como Ditadura Militar seja passado, no que diz respeito ao tempo cronológico, seus efeitos não foram apagados da memória daqueles que lutaram

contra a repressão. As torturas devem ser conhecidas por todos, para que os anos de chumbo¹ de nosso passado recente não voltem a se repetir, pois a prática de tortura, uma das principais características do regime, representa grave violação dos Direitos Humanos.

A Ditadura Militar Brasileira, como todas as ditaduras do cone sul, foi incentivada pelos Estados Unidos da América, isso porque o mundo estava dividido em dois grandes blocos (capitalista e comunista), o que culminou com a Segunda Guerra Mundial. Para que os governos latinos continuassem na condição de aliados² os Estados Unidos incentivaram e patrocinaram e patrocinaram golpes militares anticomunistas. Era a guerra entre comunismo e capitalismo.

Durante o Regime Militar brasileiro a imprensa foi amordaçada, não podia se manifestar contrariamente ao regime, e existia um rígido esquema de controle da censura. Por muitas vezes receitas de bolo substituíam notícias que não passavam pelo crivo dos censores, visto que de alguma forma eram contrária a ditadura.

Nos anos de 1970 a 1973 o país passou pelo denominado “milagre econômico brasileiro”, com o intuito de mascarar a repressão, que consistia na política de desenvolvimento acelerado. Essa denominação se deu devido a os lucros altíssimos obtidos pelas empresas, tanto nacionais como internacionais, e pela ampliação do crédito, visando garantir a circulação de bens de consumo duráveis, isso foi possível através da exploração do trabalho e da concentração de empresas e capital.

A legislação trabalhista atuava de modo a transferir recursos para as indústrias, os trabalhadores tinham sua força de trabalho altamente explorada e eram submetidos a programas de poupança forçada e a contenção salarial funcionou como importante fonte de recursos. A política econômica era desfavorável para as massas, e além de tudo os sindicatos estavam sendo controlados pelo executivo, de modo que não era possível a organização eficaz dos trabalhadores para requererem seus direitos, o direito a greve foi abolido.

Para recompor as condições de vida a classe operaria se sujeitou as chamadas horas extras e houve um aumento no contingente de mulheres e crianças servindo como mão de obra. O arrocho salarial culminou com a diminuição da qualidade de vida, com o aumento nos índices de acidentes de trabalho, devido às horas extras, e com o aumento da mortalidade infantil.

O “milagre”, sob o prisma apresentado, não foi efetivamente um “milagre econômico” e os benefícios defendidos pelos militares se derem à custa da exploração da classe de trabalho e do aumento da dívida externa, que se refletiu no futuro. Só foi um “milagre” para a classe dominante, que se beneficiou com tudo isso.

Para divulgar os efeitos do chamado “milagre econômico” o serviço de propaganda da ditadura usou slogans como: “Pra frente Brasil” e “Brasil: Ame-o ou Deixe-o”. O milagre foi amplamente divulgado e proclamado sob perspectivas otimistas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e por meio de obras faraônicas como, por exemplo, a estrada Transamazônica, sendo usado para legitimar a ditadura, atribuindo-lhe eficiência na esfera econômica.

Concomitantemente ao “milagre”, no ano de 1970 o Brasil ganhou a copa do Mundo que se deu no México, desviando a atenção da população que não estava envolvida em lutar contra o golpe e até mesmo dos que se empenhavam nisso.

Nesse contexto, a Doutrina de Segurança Nacional, imposta pelos militares, atuava para viabilizar o comando arbitrário dos que detinham o poder e também no sentido de

¹ Começa em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI- 5), desdobrando-se nos chamados anos de chumbo, em que a repressão atingiu seu mais alto grau.

² Cf. *Revista Direitos Humanos* (vol. 5).

ampliar a exploração do potencial econômico do Brasil, garantindo a continuidade da sociedade capitalista, à medida que abria as portas do país para as multinacionais. Essa doutrina se justificava como meio de garantir a paz social e o capitalismo.

2. Tortura

Diante todas as violações contra os direitos humanos, a tortura é considerada universalmente como uma das mais graves e foi a mais freqüente forma de violação ocorrida no Brasil. A tortura, crime contra a humanidade, foi usada pelos agentes públicos das forças de segurança como meio de coação para que fosse possível obter confissões forçadas, essa foi a principal técnica utilizada na ditadura. Vale ressaltar que a tortura não conduz a um depoimento real, visto que para se livrar da dor atual, os torturados acabem por confessar atos que não praticaram. A tortura é um meio eficaz sim, mas para designar culpa a um inocente. Além de serem usadas na fase de investigação também eram aplicadas como forma de punição.

A tortura é pratica recorrente no Brasil desde a colonização, porém na ditadura ela se estendeu para os opositores políticos, usada para fins políticos, e teve suas técnicas aprimoradas. Esta sempre foi utilizada, pois se apresenta como um método barato rápido e eficaz. Muitas das técnicas não deixam marcas no corpo, por isso mesmo que quisessem denunciar, o que não é viável visto que teriam que denunciar para o mesmo órgão que os torturavam; se fosse possível, os torturados não teriam credibilidade tendo em visto que o ônus da prova cabe a eles.

As torturas utilizadas no Brasil pelos militares, quando estes detinham o poder, eram denominadas Técnicas de Interrogatório e Guerra Revolucionaria de Ideologia Comunista e foram trazidas e ensinadas pelos Estados Unidos da América, para que fosse extinta a ameaça comunista nos países latinos, mas essa pratica acaba por ser mais grave do que o “crime” que os policiais estavam apurando.

Aqueles que militavam contra o regime de exceção foram veementemente perseguidos por quem detinha o poder e usava o Estado a seu favor em nome da Doutrina de segurança Nacional. Essa doutrina era usada para justificar os meios violentos usados pelos militares e para sustentá-la o Estado alterou os pilares da vida social, como por exemplo, o sistema educacional e os meios de comunicação em massa.

Quando se constatava um ativista político, ele, sua família e quem estava ao seu redor sofriam as conseqüências. A tortura era uma prática usual para forçar os envolvidos a falar, entregar os companheiros de milícia e desfazer a oposição.

3. Família

“A família é, acima de tudo, a instituição a que é atribuída a responsabilidade por tentar superar os problemas da passagem do tempo tanto para o indivíduo como para a população”. (BERQUÓ, 2007, p. 414).

Nesse contexto, a família dos perseguidos políticos era negativamente afetada, pois muitas dessas famílias foram dizimadas e torturadas tanto física como psicologicamente; toda essa esfera de violência, privações e medo refletia nas crianças, que tinham sua infância e parte de sua história roubada. Assim como os adultos, as crianças eram visadas e vigiadas e os malefícios sofridos por pais e filhos é ainda hoje difícil de constatar.

Quando estavam cansados de serem perseguidos e conseguiam escapar da mão violenta dos militares, as famílias fugiam do Brasil para não serem massacrados pelo regime de exceção, e as crianças se viam obrigadas a deixar seu país de origem, seus costumes e

hábitos para poder sobreviver, mesmo que, clandestinamente e sem posse de documentos. As crianças, que ao menos sabiam o que estava acontecendo, tinham que deixar o país às presas para não sofrer diretamente as conseqüências do regime, porém, indiretamente elas continuavam a sofrer, vivendo na clandestinidade e tendo a relação com seus familiares e amigos no Brasil cortados para não gerar suspeita.

Alguns pais tentavam a todo custo esconder dos filhos o que realmente estava acontecendo, embora isso fosse quase impossível. Quando isso acontecia, as crianças cresciam em meio a um sentimento de incerteza, revolta, contradição e abandono. Isso é o que se verifica, por exemplo, no filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, que para refugiar e tentar deixar o filho a salvo, os pais inventavam viagens difíceis de explicar, isso quando conseguiam voltar de tais passeios.

Muitas crianças se sentiam abandonadas e rejeitadas pelos pais, sem saber quando iriam reencontrá-los. Todo esse contexto propiciava que a revolta se instaurasse na mente e no coração daqueles cujos pais se afastavam para que a repressão não chegasse até eles. O sentimento de contradição residia no fato de os pais insistirem em dizer que estava tudo bem para assim proteger os filhos e evitar que eles, ingenuamente, acabassem os denunciando ou que pudessem ser alvo de tortura para que falassem se demonstrassem saber de alguma coisa.

O filme anteriormente citado demonstra claramente a função alienadora que a copa e cada jogo vencido exerciam nas pessoas, inclusive em quem militava fervorosamente contra o regime. Pois mesmo sabendo que a vitória do Brasil era estratégica não resistiam e acabavam por torcer a favor da nação em que nasceram e/ou habitavam, porque a amavam, prova desse amor era estarem lutando contra a ditadura, sistema que sufocou a democracia, a imprensa e os cidadãos. A vitória na copa do mundo foi usada pelos militares para demonstrar que, no Brasil, estava tudo correndo bem, que tudo estava sob controle e prosperando.

Em alguns casos as crianças eram literalmente presas junto com os pais, geralmente com as mães. Quando isso acontecia estavam sujeitas as mesmas regras da instituição, eram privadas do convívio social, permaneciam no mesmo ambiente insalubre, sem as condições básicas de higiene e alimentação e eram impedidas de freqüentar o sistema de ensino. A psicóloga Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes revela que:

Eles não apenas me acompanharam. Estavam presos junto comigo porque eram submetidos a todas as regras das instituições: não podiam ir à escolinha, nem sair para brincar no pátio. Estavam confinados, privados de liberdade e submetidos a condições degradantes. (BRASIL, 2009, p. 30).

Em casos em que não eram presas junto dos pais, as crianças eram encaminhadas para o Juizado de Menores, órgão destinado a cuidar de crianças abandonadas e de menores infratores, e estavam sujeitas inclusive à adoção.

Quando encaminhadas para abrigos em decorrência da prisão dos pais, lá sofriam com a rejeição, pois os funcionários promoviam a discriminação e incitavam que os demais componentes do lugar fizessem o mesmo. O discurso utilizado consistia no fato de que os filhos de ativistas eram terroristas perigosos e que deviam permanecer isolados visto que representavam grande perigo, as crianças eram humilhadas e excluídas pelo órgão que deveria protegê-las. (NHERING; OLIVEIRA, 1996).

4. Vida escolar

Mesmo não sendo privadas da liberdade como os pais, a maioria dos filhos de ativistas tinham a vida estudantil atrasada, não sendo sequer matriculados. E como dito anteriormente, o sistema educacional teve de ser alterado para viabilizar a ditadura: algumas matérias foram

substituídas com o intuito de manipular as crianças e adolescentes, sendo inclusive suprimido um ano da grade curricular.

Os conteúdos suprimidos cederam lugar para os cursos profissionalizantes, com o intuito de produzir mão de obra para as grandes corporações que estavam em ascensão, cederam lugar também para os ensinamentos doutrinadores do pensamento oficial, tais matérias eram denominadas Educação Moral e Cívica e Organização social e Política Brasileira (OSPB). No ensino superior também foram implantadas grandes transformações, com o intuito, segundo os militares, de modernizar o ensino.

Foram instituídas matérias que exaltavam o país e o papel que os militares estavam exercendo. Essa foi uma estratégia para alienar as crianças e para usá-las a favor do regime, pois defendiam que todo aquele que militava contra a ditadura também era contra o desenvolvimento do país. A escola ensinava que se alguma criança descobrisse ou desconfiasse que seus pais fossem contra o regime deveriam denunciá-los, pois esses eram inimigos da nação.

O Estado treinava os alunos para vigiar e fiscalizar os pais, e nas salas de aulas os professores eram constantemente monitorados para que não se manifestassem contra e sim a favor da ditadura. Mesmo acreditando em um ideal contrário ao regime, os professores eram obrigados a defendê-lo, sob pena de serem destituídos de seus cargos, alvos de tortura e terem a liberdade roubada. Durante esse período os professores foram alienados e obrigados a seguir a política ideológica dos militares, tendo que ensinar o patriotismo formal e a pedagogia tecnicista que dominaram a educação nesse período.

A ditadura perseguia toda e qualquer forma de manifestação contra as medidas de exceção nas universidades e escolas. As escolas particulares foram beneficiadas, pois possuíam imunidade fiscal, ampliando sua margem de lucro, em troca do apoio ao regime.

Como a maioria dos professores era contrária ao sistema foi introduzida à estrutura formal das escolas órgãos oficiais de espionagem, que intimidavam alunos e professores. O intuito era barrar a oposição e caso elas existissem identificá-las e reprimi-las. Vários professores foram afastados do serviço público, por vezes eram aposentados ou então simplesmente desapareciam.

Os professores de história eram os mais vigiados, todos eram considerados subversivos, pois detinham uma bagagem histórica muito forte; por serem conhecedores da história política do Brasil tinham maior facilidade em lutar contra o regime. Além da opressão política os professores, em geral, sofriam com a compressão salarial.

A estrutura física das escolas também foi alterada significativamente pela ditadura, nas portas foram colocadas partes transparentes para que os oficiais conseguissem visualizar o que se passava dentro da sala de aula, bem como foram implantados tijolos vazados para possibilitar uma fiscalização mais efetiva, pois tudo o que se falava poderia ser, constantemente, ouvido do lado de fora.

Essa estrutura permanece presente ainda hoje em muitas instituições de ensino e são facilmente identificadas, são resquícios muito fortes de um passado recente caracterizado pela repressão e muitas vezes passam despercebidas aos olhos desatentos daqueles que não conhecem a fundo, quando sim superficialmente, a ditadura que ocorreu no Brasil.

A educação, como basicamente toda mudança inserida, foi amplamente inspirada no modelo de ensino norte americano, principal patrocinador e incentivador da ditadura nos países da América Latina.

5. Relatos

Nos relatos as crianças que viveram e sofreram no período em questão, hoje adultas, se

queixam por terem perdido a inocência muito cedo, é o que afirma André Herzog; queixam-se também por terem aprendido a mentir para proteger a si mesmas e a seus pais isso é o que relata Vladimir, que foi preso juntamente com seus irmãos por três meses. (NHERING; OLIVEIRA, 1996).

Algumas crianças, inclusive, não foram poupadas de ver seus familiares sendo mortos na sua frente a sangue frio, como se o que estivesse sendo tirado não fosse uma vida, mas sim algo insignificante, é o que relata Telma Lucena no *Documentário 15 filhos*, 1996. Ela também revela que quando foi visitar sua mãe na cadeia não a reconheceu, pois estava tão desfigurada de modo a não possuir nem voz de mãe.

Uma recordação muito forte consiste nas visitas aos pais na penitenciária, o pátio e o medo que tinham de que eles nunca saíssem de lá, sendo privados da convivência materna e paterna não podendo desfrutar de uma vida típica de criança. De acordo com Maria Oliveira, presa com a mãe na OBAN quando tinha apenas um ano e meio de idade, a imagem do pátio da penitencia nunca lhe saiu da memória, e quando se deparava com lugares semelhantes a menina entrava em desespero. (BRASIL, 2009).

De acordo com o *Documentário 15 filhos*, outra queixa recorrente se dá quanto à obscuridade acerca da profissão dos pais, que não tinham empregos normais como o restante das outras famílias, os filhos não compreendiam o fato de não saberem as profissões dos pais, os que eles sabiam é que não existia atividade profissional, apenas uma atividade política. Segunda Priscila Arantes, por conta disso a lembrança que ela guarda é de mistério.

Não podiam brincar e nem se envolver muito com as outras crianças do bairro, pois qualquer exposição representava um perigo para a família, é como se estivessem encarceradas dentro da própria casa. Por conta dessa privação tinham problemas ao se relacionarem, não podendo desenvolver-se plenamente, tornando-se crianças retraídas e com medo.

Submetiam-se também a clandestinidade, que afeta profundamente o psicológico da criança, que continua a sofrer as conseqüências dessa prática ainda na vida adulta. Ñasaindy, filha de militantes e adotada também por militantes exilados em Cuba lá viveu clandestinamente e assim permaneceu ao voltar ao Brasil. Viveu a infância e parte da vida adulta na condição de clandestina e relata que se sentia a pior das piores, sempre com medo de ser expulsa da escola. (BRASIL, 2009).

A clandestinidade priva as pessoas de dos direitos de cidadão, abrangendo tanto o reconhecimento da vida escolar como o acesso ao mercado de trabalho, condições estas indispensáveis para uma sobrevivência digna.

Onde existiu a tortura paira o sentimento de vazio, pois a tortura faz calar, silencia. As famílias não se sentem preparadas para discorrer sobre o assunto, existe uma barreira impenetrável, os filhos não se sentem a vontade para perguntar sobre o sofrimento dos pais e estes não conseguem explana-las para os filhos.

De acordo com a psicóloga e psicanalista Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, que esteve presa durante quatro meses com os filhos pequenos e passou pelo exílio vivendo na clandestinidade “Nenhuma esposa, nenhum filho, nenhum amigo ou colega pede, de repente, para um militante contar como foi a sua tortura. Ninguém levanta este véu. Mesmo um analista demora muito tempo para que seu analisando lhe conte o que aconteceu”. (BRASIL, 2009, p. 34).

Quando as crianças eram retiradas dos pais e encaminhadas para o Juizado de Menores, residia neles o medo da adoção, de serem definitivamente separados de seus pais, em relato Virgílio conta que “Eles nos levavam para ver umas casas bonitas e perguntavam se gostaríamos de morar ali”, a adoção pairava no ar. (BRASIL, 2009, p. 64).

No documentário, uma das fontes dos relatos, existe a queixa por parte de muitos filhos de não terem conhecidos os pais, de serem privados dessa experiência e que ainda hoje

a imagem que eles têm é muito abstrata, eles apenas imaginam ou então visualizam por fotos, nesses casos a configuração familiar se configura por ser monoparental.

5.1. Araguaia

Araguaia é o nome de um extenso rio que delimita a fronteira do sul do Pará com o norte de Tocantins, região que na época da ditadura consistia no Estado de Goiás, lá se instalou um dos mais expressivos focos da guerrilha rural no Brasil. Na época do confronto habitavam nessa região cerca de 20 mil pessoas e 70 militantes atuaram. Os militantes viviam em comunidades na selva, mas mantinham relações amigáveis com a população local, que por conta disso, também sofreram as consequências das investidas do exército.

As crianças eram seqüestradas e entregues para famílias postíças, muitas dessas com certeza não fazem parte da estatística. Os camponeses chamavam as crianças supostamente seqüestradas pelos militares de bebês malditos.

Até mesmo por meio de torturas os militares obrigavam os pais a doarem seus filhos, a permitir que eles fossem levados para serem adotados por outras famílias. Alguns prometiam trazer os filhos para os pais verem de tempos em tempos, mas isso nunca acontecia na prática. Quando os pais doavam os filhos, muitas das vezes estavam agindo com instinto protetor, pois sabiam que criados por outras famílias (militares) elas estariam a salvo do perigo que o exército representava.

Não há relatos de que os militares pegavam as crianças à força, o que eles faziam era pôr as crianças contra os pais que lutavam por uma causa nobre, que além de perseguidos eram desprezados pelos filhos.

Segundo relatos da população local as crianças desaparecidas, na maioria das vezes, eram fruto do relacionamento entre mulheres da comunidade e guerrilheiros, mas também existiam casos em que eram fruto da população civil local, que não mantinha nenhum relacionamento e nem interesse com a guerrilha.

Não foram somente os guerrilheiros que tiveram suas famílias dizimadas pelas forças armadas, os soldados que deveriam lutar pela paz efetiva lutam a favor de uma paz fictícia proposta pelo regime, representada pela Doutrina de Segurança Nacional. E a consequência da busca pela paz fictícia acarretava malefícios a todos aqueles que estavam próximos ao conflito, no caso, que habitavam a mesma região do rio Araguaia.

Considerações finais

O presente trabalho apresenta um aspecto geral do contexto histórico à época do Regime Militar instaurado no Brasil durando o período de 1964 a 1985, por meio de um golpe dos militares. O golpe suprimiu a democracia, censurou veementemente a imprensa, perseguiu os opositores do regime, alterou o sistema de ensino e usou largamente a tortura como meio de se impor e prevalecer sobre os mais fracos, isso tudo através da Doutrina de Segurança Nacional.

Durante a ditadura os militares alteraram também a economia, e afirmaram ter alcançado o “milagre econômico”, que como visto não pode ser considerado um “milagre”, trazendo a ilusão de algo positivo, pois se deu com base na exploração de mão adulta e infantil, pelo arrocho salarial e à custa do endividamento externo. Quem se beneficiou com o “milagre” foi a apenas a elite, quem detinha o poder.

A prática da tortura, aprimorada durante a ditadura, é uma das piores violações aos Direitos Humanos e durante esse período foi aplicada não somente nos que lutavam efetivamente contra o regime militar, mas era estendida também para os familiares desses. As

crianças, filhos de ativistas políticos, sofreram demasiadamente durante esse período e trazem registrados na memória todas as desventuras que foram obrigadas a passar. Alguns filhos inclusive foram separados definitivamente de seus pais.

As crianças, não podem ser deixadas de lado quando se estuda a Ditadura Militar brasileira, elas representam uma parcela significativa da população que foi negativamente afetada pelo sistema, e o pior, sem ao menos entenderem o que estava acontecendo. Inclusive a configuração familiar foi alterada de modo a se tornarem arranjos monoparentais, ou seja, caracterizados pela presença do pai com filhos ou da mãe com filhos, contando ou não com outros parentes habitando conjuntamente.

A maioria dos estudos é norteadas pelos reflexos da ditadura nos ativistas políticos, nos guerrilheiros, universitários, que mais sofreram diretamente na mão do Estado. Porém as crianças não podem ser esquecidas, visto que a configuração familiar foi drasticamente danificada por conta do golpe e tiveram parte de sua história roubada por uma política ditatorial.

Os filhos de ativistas estavam sujeitas as mesmas condições de seus pais, tinham também que usar nomes falsos, fugir do país e viver na clandestinidade. Na maioria das vezes as crianças tinham a vida escolar atrasada, um prejuízo imensurável.

As crianças, futuro da Nação, sofreram nas mãos dessa e carregam consigo a memória da obscuridade, mistério e horror acerca da infância, mas como recompensa por terem perdido a inocência muito cedo elas cresceram cientes de seu papel na sociedade, com um censo de justiça muito grande e dispostas a lutarem contra a tortura e a esclarecer o que se passou naquela época, pois todos têm direito a memória e a verdade. E com base nesse direito pode-se evitar que o desrespeito aos direitos humanos, como aconteceu na ditadura, não se repitam.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues. Direito à Memória e à Verdade. *Revista Direitos Humanos*: edição comemorativa 60 anos da declaração universal dos direitos humanos, n.1, p.26-33, dez. 2008.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lília Morritz (Org.). *História da Vida Provado no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. Coordenação geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da Vida Privada, v.4). Cap. 6. p. 411-438.

BRASIL. *Direito à memória e à verdade*: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2009.

CHINOY, Ely. *Sociedade*: uma introdução à sociologia. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *A tortura no Brasil*: Um estudo sobre a prática da tortura por agentes públicos, a ação da Justiça, alguns casos emblemáticos acompanhados pela CDH e propostas de ações superadas. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/estudos/dh/br/torturabr.htm>>. Acesso em: 3 set. 2011.

DOCUMENTÁRIO 15 filhos. Direção: Marta Nherinh e Maria Olveira. Brasil (SP), 1996. 1 Video (HI-8) (20 min), cor)/pb.

GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *A Legislação de Educação no Brasil Durante a Ditadura Militar (1964-1985): um espaço de disputas*. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1265.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2011.

O ANO em que meus pais saíram de férias. Direção: Cao Hamburger. Produção de Caio Gullane, Cao Hmburger e Fabiano Gullane. Gullane Filmes. Produzido por Caos Produções Cinematográficas, Miravista. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2006. 1DVD (104 min).